

As Cidades Médias Como Nódulos De Equilíbrio Da Rede De Cidades¹

The medium-sized cities as nodules of equilibrium of network cities

*Edivaldo Fernandes Ramos²
Ralf Edmundo da Silva Matos³
Ricardo Alexandrino Garcia⁴*

Resumo: Os estudos da rede urbana brasileira têm avançado para diversos campos e, sem dúvida, um dos que se destaca, atualmente, é aquele que trata do papel desempenhado pelas denominadas cidades médias. Mesmo porque, a análise desta categoria de centro urbano tornou-se obrigatória, pois são determinantes no atual processo de desconcentração da economia brasileira, colocando-se como importante alternativa de investimentos e também como espaços capazes de receber e fixar imigrantes. Em vista disso, um dos objetivos centrais do presente artigo é avaliar se os municípios médios são centros urbanos que atraem investimentos e mão de obra para si e para os municípios de sua rede de influência, ou se estão concentrando os investimentos e a população.

Palavras-chave: Cidades médias; Rede urbana; Região de influência.

Abstract: Studies of Brazilian urban network have advanced to a variety of fields and, without doubt, one of which stands today, is one that deals with the role played by so-called medium-sized cities. Even because, the analysis of this category of urban center became compulsory, as are decisive in the current process of devolution of the Brazilian economy, placing itself as important alternative investments as well as spaces able to receive and retain immigrants. In view of this, one of the central goals of this article is to evaluate if the municipalities are average urban centers that attract investment and labor for yourself and the municipalities of its network of influence, or whether they are concentrating investment and population.

Key-words: Medium-sized Cities; Urban Network; Region of influence.

Introdução

A proposta do presente texto é analisar a importância da cidade média dentro de sua região de influência, a fim de se captar o peso que o município pólo pode ter na captação de investimentos e população para sua rede, ou mesmo enquanto elemento articulador da rede.

Para atingir tal objetivo o artigo foi dividido em duas partes: na primeira é feito um pequeno resgate teórico-conceitual acerca das cidades médias e na segunda é feita uma evidência empírica com duas cidades médias da Região Sul do Brasil: Londrina (PR) e Joinville (SC).

É importante destacar que as cidades médias têm se tornado um objeto de estudo importante para diferentes pesquisadores da atualidade. Questões estruturais

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor municipal de geografia na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. E-mail: eframos73@hotmail.com

³ Graduado em arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em economia e doutorado em demografia pelo Cedeplar da UFMG. Professor Associado III do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG. E-mail: ralf@igc.ufmg.br

⁴ Professor adjunto do departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui mestrado e doutorado em Demografia. E-mail: alexandrinogarcia@gmail.com

da economia nacional, formas de espacialização dos fluxos econômicos e demográficos, bem como as transformações de caráter intra-urbano nas grandes metrópoles, têm potenciado o reavivamento desta categoria de cidade na rede de localidades centrais do Brasil. Um dos aspectos que mais tem contribuído para o aumento das pesquisas nesta área é o processo de desconcentração pelo qual o país vem vivendo.

Nesse sentido, avaliar-se-á se estas cidades médias são pólos de desenvolvimento que atraem investimentos e mão de obra para si e para as cidades de sua rede de influência, ou se estão concentrando os investimentos e a população.

2 As cidades médias enquanto espaços estratégicos no estabelecimento de redes urbanas mais equilibradas

De acordo com Eduarda Marques da Costa (2002, p. 104), o termo “cidade média” e seu conceito surgem pela primeira vez na França, associados aos estudos sobre cidades intermediárias francesas, iniciados ainda na década de 1960, e às políticas de desconcentração de população e atividades propostas no VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971 – 1975). Dentre os principais objetivos do referido plano, destacava-se a intenção de se estruturar uma distribuição mais equilibrada do emprego e a manutenção do desenvolvimento da região Oeste da França. O suporte territorial para a consecução plena desses objetivos dependia da existência de uma rede urbana mais equilibrada, para a qual era fundamental o reforço das cidades médias.

No Brasil, os estudos acerca das cidades médias, como centros de equilíbrio da rede urbana, remontam à década de 1960. Segundo Roberto Lobato Corrêa,

No Brasil, a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento, que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos pólos de desenvolvimento e das regiões-programa, estabeleceu-se a noção “cidade de porte médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos (Corrêa, 2006, p. 4).

Observa-se que, neste período, as cidades médias tinham como função primordial a contenção dos fluxos migratórios direcionados às grandes metrópoles. Desta forma, o aspecto demográfico é visto como elemento balizador de classificação e identificação tipológica. Segundo Spósito (2001), a maioria dos estudos no país classificava cidades com população urbana entre 50.000 e 250.000 habitantes como “cidades médias”⁵.

De todo modo, o contexto, a partir do qual esses estudos ganham força no Brasil, está relacionado aos processos de redistribuição espacial da população brasileira e de “reversão”⁶ da polarização industrial. De acordo com Andrade e Serra

⁵ Mais recentemente, o IBGE tem adotado como critério exploratório inicial, essa classificação tipológica para os casos de núcleos urbanos com população residente na faixa de 100 a 500 mil habitantes.

⁶ O termo Reversão da polarização é utilizado por Redwood (1984), para se referir a desconcentração urbana no Brasil e a multiplicação do que ele chamava de cidades secundárias ou de tamanho médio

(1998, p. 3), o período 1970-1991 demonstra que, embora extremamente concentrada nos grandes centros urbanos, a população urbana brasileira passa por um notável processo de redistribuição espacial, no qual as cidades médias cumprem um papel decisivo. Dentre os fatores que imprimiram maior dinamismo ao desempenho demográfico em cidades médias, pode-se elencar: as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria no Brasil; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização nas metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas; e a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos naturais. Além desses fatores, devem-se levar em conta os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas das cidades médias no país.

Para os referidos autores, o dinamismo demográfico das cidades médias não-metropolitanas está ligado, principalmente, ao papel indutor da desconcentração industrial, reflexo do surgimento de economias de aglomeração⁷ nessas cidades. Enquanto algumas das cidades médias brasileiras ofereciam atraentes economias de aglomeração, boa parte das grandes cidades passou a conviver com deseconomias de aglomeração, o que impulsionava o processo de desconcentração. Neste debate Matos (1995) afirma que a análise dos processos de concentração e desconcentração deve reconhecer a importância das cidades médias, pois se constituem em capital fixo (grande unidade de produção) e geram mercados especializados na produção e distribuição de mercadorias.

Nesse cenário, as cidades médias ganham espaço na política brasileira de desenvolvimento, em especial, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (II PND, de 1975), que dedicava um capítulo à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), traçando estratégias para os centros urbanos de porte médio. O objetivo era desconcentrar a população e as atividades econômicas, criar empregos e reduzir as disparidades sócio-econômicas regionais. Posterior, seguiu-se no período de 1980/85 uma nova política urbana que serviria de subsídio ao III PND. De acordo com Steinberger e Bruna (2001, p. 47), esta política começava definindo objetivos relacionados às dimensões inter e intra-urbanas: melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas; estruturação de um sistema de cidades equilibrado e harmonizado com diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, com ênfase no Nordeste, Norte e Centro-oeste; e aumento da qualidade de vida urbana, por meio da melhoria das condições

no âmbito da rede urbana nacional. Para ele a desconcentração das atividades urbano-industriais era motivada, sobretudo pelas vantagens comparativas oferecidas por essas cidades. Os fluxos de capital (investimento) e trabalho (migrações) se orientavam para fora da metrópole central até as cidades secundárias, induzindo taxas relativamente mais rápidas de crescimento econômico e demográfico nestas cidades.

⁷ Carlos (2009, p. 75) apresenta a economia de aglomeração como uma concentração espacial de infraestrutura, mão de obra, localização de outras indústrias complementares, mercado diversificado, além do fato de a localização permitir a economia de gastos de produção. A indústria aproveita-se, ao máximo, dessas vantagens enquanto socializa as desvantagens (poluição, trânsito, etc.). Matos (1995) argumenta que as economias de aglomeração representam variados tipos de benefícios para as firmas, pois propiciam a redução dos custos de comunicação com fornecedores, compradores e agentes públicos, influem positivamente nas necessidades de estoques (matéria-prima, manutenção etc.) e de trabalho especializado, configurando, enfim, uma série de fatores que tendem a se reforçar mutuamente à medida que a área urbana se expande, ampliando-se a escala, a complexidade e a diversificação econômica. A facilidade de contratação de mão de obra em grande quantidade, inclusive especializada, e a consequente redução de custos de produção, são: tanto uma espécie de prerrogativa das grandes firmas, quanto uma condição dada pela localização urbana. Ganhos na provisão de insumos intermediários, decorrentes da presença de infraestrutura de transporte e de serviços públicos de qualidade, resultam da aglomeração da produção no espaço.

habitacionais, de transporte urbano e de saneamento básico. De acordo com as autoras, a nova política que serviu de subsídio ao III PND discriminou programas estratégicos específicos para as cidades médias e as cidades de seu entorno. Neste sentido, era necessário entender o papel que as cidades médias desempenhavam em suas áreas de influência, ou o peso que estas tinham nas decisões da sua rede de lugares centrais⁸.

Parece não haver dúvidas quanto ao fato de que, independente dos critérios de definição conceitual, as cidades de porte médio têm se apresentado como importantes espaços no âmbito das redes urbanas. Sobretudo nos países que experimentam profundas reestruturações internas de seu espaço territorial, elas podem favorecer/potencializar a diminuição de disparidades regionais, contribuindo para a formação de um sistema urbano mais equilibrado, além de oferecerem qualidade de vida a seus habitantes. No entender de Amorin Filho e Serra (2001), estas cidades podem se colocar como importante alternativa aos moradores não apenas das cidades pequenas, como também das grandes cidades. Sobre isso eles apontam,

Aos moradores dos grandes centros, as vantagens que as cidades médias podem oferecer são inúmeras: menores índices de criminalidade; reduzido tempo de despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica; aluguéis mais acessíveis e maior oferta de áreas verdes. Para o morador interiorano, essas cidades podem ser valorizadas pela oferta de emprego, pela existência de infraestrutura básica, pelas oportunidades de acesso à informação, e pelos melhores recursos educacionais. Enfim, pela existência de bens e serviços essenciais à ascensão material e intelectual de seus moradores (AMORIN FILHO; SERRA, 2001, p. 1).

3 As cidades médias enquanto pólos de desenvolvimento da região de influência

Qual é o peso das cidades médias dentro de sua rede urbana? Essas cidades são centros urbanos que atraem investimentos e mão de obra para si e para os municípios de sua rede de influência, ou estão concentrando os investimentos e a população? Tem havido dispersão dos investimentos para as cidades vizinhas ou a expansão econômica do pólo drena mão de obra do seu entorno?

Para responder aos questionamentos apontados acima, foi realizado um estudo de caso em duas cidades médias brasileiras da região Sul: Londrina (PR), Joinville (SC). Tais cidades fazem parte de um conjunto amostral mais amplo, que envolveu 55 cidades médias brasileiras, distribuídas por quase todo o território nacional, conforme processo de amostragem e seleção desenvolvida no âmbito metodológico da pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual”⁹.

⁸ Moura e Werneck (2001, p.28) afirmam que uma rede de lugares centrais além de materializar o sistema de produção, articulando circulação, distribuição e consumo, também cristaliza os sistemas de decisão e gestão, por meio da localização seletiva de órgãos da administração pública e sedes de grandes corporações, oferecendo um nítido posicionamento hierarquizado dos centros urbanos.

⁹ A pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual” foi desenvolvida no Instituto de Geociências da UFMG, desde 2006, sob coordenação do professor Dr.

Os dois municípios foram, aqui examinados, a partir de suas regiões ou áreas de influência, tomando-se como recorte geográfico a “Região de influência das Cidades 2007” do IBGE. Neste estudo, Londrina e Joinville aparecem classificadas como Capital Regional B, ocupando, desta forma, uma posição intermediária na nova hierarquia urbana brasileira. Porém, é necessário ressaltar que a Regic 2007 foi tomada apenas como um recorte geográfico para análise dos municípios e não como o referencial teórico de análise.

Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma investigação a partir de dados secundários, tais como taxas líquidas de migração, taxas de crescimento geométrico da população, Produto Interno Bruto e taxas de crescimento do PIB dos municípios pólos e de seu entorno para verificar se está ou não ocorrendo a difusão dos investimentos para os municípios vizinhos.

3.1. As Regiões de influência das cidades

Os municípios serão apresentados em suas respectivas áreas de influência com o objetivo de confirmar, ou não, a hipótese da intensidade da polarização que exercem sobre os municípios de sua região.

É provável que um processo de maior concentração de população em algumas das centralidades analisadas esteja em curso, em detrimento dos municípios menos dinâmicos, portanto, com menor capacidade de atrair e/ou reter populações. Também é possível que isso não esteja acontecendo ou que os municípios menores estejam crescendo junto com o município pólo, daí a necessidade dessa pesquisa. Num processo de redistribuição da população, cidades maiores e mais dinâmicas, a exemplo de Londrina e Joinville, podem estar recebendo parte da população em movimento.

3.2. A região de influência de Londrina

No estado do Paraná registra-se um importante sistema urbano-regional: a região de influência de Londrina (Ver Mapa 1). Trata-se de um sistema em que Londrina comanda um grupo amplo de municípios (86) do norte paranaense, chegando, inclusive, a constituir intensos fluxos de bens e serviços. Nesse sistema, além de Londrina, outros municípios dividem a capacidade de polarização, alguns em função do porte populacional e econômico, outros em função da localização privilegiada. Dentre esses municípios, destacam-se Apucarana e Arapongas. Como pode ser visto na Tabela do Anexo 6, a maioria dos municípios dessa região (75) é de pequeno porte, com populações abaixo de vinte mil habitantes. Apenas 11 municípios possuem mais de vinte mil habitantes.

A ampla região de influência de Londrina mostra-se muito heterogênea no que se refere às taxas líquidas de migração, como pode ser visto na tabela do Anexo 1.

Ralfo Matos. Essa pesquisa encomendada pela FINEP envolveu várias etapas, sendo uma das mais importantes a coleta de dados em campo, com uma amostra ampla (55 cidades visitadas em um universo de 213 em todas as regiões do Brasil), onde foram coletados dados de diversos tipos, desde fotografias e entrevistas gravadas com autoridades e lideranças sociais a entrevistas com um considerável grupo de moradores.

Apresenta sete municípios com taxas elevadas e a maioria (65) com taxas negativas, o que indica a presença de uma rede urbana com muitos municípios perdendo população, resultando em uma média negativa para a rede (-8,97‰). Os dados sobre o crescimento da população no período 1991/00 comprovam esta afirmação, já que naquele período, mais da metade dos municípios desta Regic (45) apresentaram taxas negativas de crescimento populacional¹⁰. São 65 municípios com taxas líquidas de migração negativas contra 21 com taxas positivas¹¹.

Não é de se surpreender que as maiores taxas líquidas de migração não se concentram nos maiores municípios, onde os estoques populacionais são muito maiores. Londrina, por exemplo, apresentou 3,8‰ e Apucarana, o segundo maior município da rede, apresentou taxa negativa (-1,31‰) enquanto alguns dos municípios menores, com populações abaixo de 10 mil habitantes, apresentaram taxas elevadas: Santo Antônio do Paraíso (28,9‰), Mauá da Serra (24‰), Cruzmaltina (23,94‰), Rio Branco do Ivaí (14,65‰) e Japira (11,12‰), todos no estado do Paraná¹². Entretanto, há também municípios de pequeno porte com taxas negativas elevadas, são os casos de Grandes Rios (-32,96‰), Borrazópolis (-32,20‰), Marumbi (-31,45‰), Centenário do Sul (-30,28‰) e Rio Bom (-29,49‰).

Quando se acrescenta à análise os dados de crescimento populacional no período 1991/00, percebe-se que as menores taxas de crescimento populacional (negativas) encontram-se nos municípios de pequeno porte como: Miraselva (-10,51%), Santa Cecília do Pavão (-8,04%), Grandes Rios (-4,72%), Marilândia do Sul (-4,53%), Rosário do Ivaí (-4,44%) e Cambira (-4,15%). Por outro lado, entre as maiores taxas de crescimento populacional destacavam-se os três maiores municípios da Regic, sendo que Arapongas, terceiro maior município da Regic, possui a maior taxa de crescimento da rede (3,16%), Londrina aparece em quarto lugar com 1,53% e Apucarana, segundo maior município da Regic, aparece em quinto lugar com 1,41%.

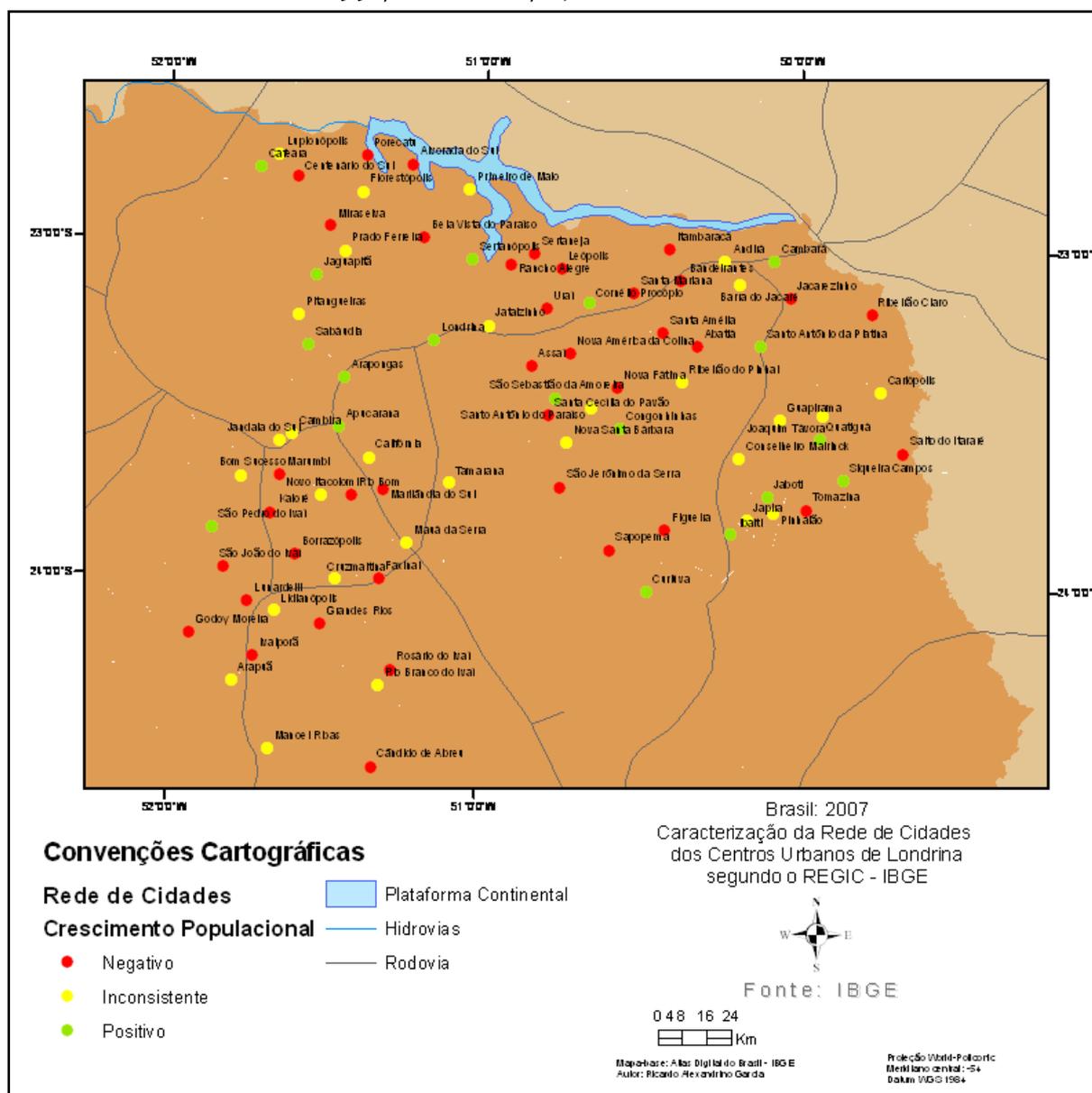
Agregando os municípios segundo tamanho de população, obtêm-se resultados ainda mais surpreendentes. Os três maiores municípios (Londrina, Apucarana e Araponga) concentravam em 2007 quase a metade (45%) da população da rede. Esses três foram, sem dúvida, os que mais contribuíram para o crescimento populacional da Regic, já que apresentaram TLM de 6‰ no período 1995/00 e taxas de crescimento geométrico da população de 2,03% a.a no período 1991/00. Enquanto os demais municípios (20 a 50 mil habitantes e aqueles com menos 20 mil habitantes) mostraram resultados bem abaixo dos três maiores nos mesmos períodos avaliados. Os municípios com populações entre 20 e 50 mil habitantes (oito municípios ao todo) apresentaram taxas líquidas de migração de -9,67‰ e taxas de crescimento populacional de -0,23%, enquanto os de menos de 20 mil habitantes (75 ao todo) apresentaram TLM -9,50‰ e Taxas crescimento populacional de -0,93%.

¹⁰ Entre os demais municípios da Regic Londrina, trinta apresentaram taxas positivas de crescimento populacional e em onze não foi possível a mensuração, tendo em vista o fato de suas populações ainda não constarem nos dados do censo de 1991.

¹¹ No grupo dos que apresentaram taxas positivas, a maioria (13) se encontra acima de 5‰, com destaque para Santo Antônio do Paraíso (28,9‰), Mauá da Serra (24‰), Cruzmaltina (23,94‰), Curiúva (16,28‰), Arapongas (15,5‰), Rio Branco do Ivaí (14,65‰) e Japira (11,12‰). Entre os municípios que apresentaram taxas negativas, há pelo menos 41 com taxas abaixo de -10‰ a.a, ou seja, bem negativas, podendo traduzir significativas perdas populacionais. Os destaques são: Grandes Rios (-32,96‰), Borrazópolis (-32,20‰), Marumbi (-31,45‰) e Centenário do Sul (-30,28‰). Há uma presença marcante dos municípios de pequeno porte nos dois grupos.

¹² Não constam no censo de 1991 dados de população de três desses municípios: Mauá da Serra, Cruzmaltina e Rio Branco do Ivaí.

Mapa 1 - Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos municípios da Região de Influência de Londrina - 1991/00 e 2000/07



Sem dúvida a Regic Londrina apresenta-se muito heterogênea no que se refere a sua dinâmica demográfica. Além disso, mostra uma grande quantidade de municípios distribuídos em porções geográficas distantes de portos e de entroncamentos viários, além de sofrer a concorrência de polos fortes, como Maringá e Presidente Prudente. Esta afirmação pode ser verificada a partir da análise do Mapa 1 que mostra a distribuição dos municípios de acordo com suas taxas de crescimento demográfico nos períodos 1991/00 e 2000/07. Neste mapa, os municípios são classificados em três grupos a fim de se perceber a consistência de seu crescimento demográfico. Os municípios que receberam a denominação *negativa* (Vermelho) foram aqueles que apresentaram taxas de crescimento negativa nos dois períodos, os que são classificados como *inconsistentes* (Amarelo) foram aqueles que mostraram crescimento positivo em apenas um período, sendo o outro negativo, os que apresentam a denominação *positivo* (Verde) foram os que mostraram consistência, com taxas de crescimento positivas nos dois períodos.

A partir da análise do Mapa 1, nota-se que existe uma grande quantidade de municípios (38 ao todo) com crescimento negativo nos dois períodos (1991/00 e 2000/07) e apenas 18 com crescimento consistente, ou seja, positivo nos dois períodos, sendo o restante (30) inconsistentes. Isso evidencia, como já foi destacado, uma situação de desequilíbrio, já que a rede não cresce equilibradamente. Além disso, entre as maiores taxas de crescimento¹³ encontravam-se municípios de maior porte populacional: Arapongas apresentou as maiores taxas de crescimento da rede (3,16% em 1991/00 e 1,78% em 2000/07) e Londrina, o município polo, mostrou taxas acima de 1,5% (1,53% em 1991/00 e 1,55% em 2000/07). O único município de pequeno porte a apresentar taxas mais elevadas foi Curiúva, com crescimento de 2,31% em 1991/00 e 1,52% em 2000/07.

É importante destacar que boa parte dos municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional positivo nos dois períodos avaliados (1991/00 e 2000/07) localiza-se próximo aos eixos rodoviários, inclusive os três maiores municípios: Londrina, Apucarana e Arapongas. Essa proximidade com os eixos viários pode ser um diferencial na atração de investimentos e população.

Os dados da Tabela do Anexo 1, assim como os do Mapa 1, apontam uma concentração populacional nos maiores municípios. Afora os três maiores municípios, nos demais se percebe desequilíbrios em termos das TLMs e taxas de crescimento populacional, sendo possível encontrar municípios de pequeno porte tanto no grupo dos que possuem menores TLMs e crescimento populacional, como também, no grupo dos que apresentaram TLMs elevadas e crescimento populacional positivo.

Mesmo carecendo de estudos mais refinados, é plausível associar os resultados das taxas líquidas de migração e crescimento populacional a fatores de ordem econômica, dado o perfil dominante das atividades econômicas regionais assentadas nas atividades da agroindústria intensiva em capital. Em uma economia regional fortemente marcada pela homogeneidade das atividades, movimentos migratórios devem se relacionar às fases de maior ou menor dinamismo no setor agroindustrial. A menor variabilidade nessa dinâmica, ou mesmo, a perda de capacidade de atrair populações, pode estar relacionado a uma maior diversidade de atividades econômicas em uma determinada centralidade. Os dados relacionados ao crescimento do PIB dos municípios desta região poderão ajudar a elucidar melhor essas indagações.

3.2.1 Dados sobre o Produto Interno Bruto

A média de crescimento do PIB da Regic Londrina foi positiva em todos os períodos avaliados, com destaque para o período 2005/07 com 4,70% a.a, como pode ser visto no Anexo 2. A análise das taxas de crescimento do PIB nos permite perceber que a maioria dos municípios desta Regic (74) apresentou ganhos de crescimento, com exceção de doze municípios que apresentaram taxas negativas no período avaliado 2002/07. Dentre eles as menores taxas encontravam-se em Cruzmaltina (-3,71% a.a), Nova Santa Bárbara (-3,12% a.a), Lidianópolis (-2,79% a.a) e Rancho Alegre (-2,60% a.a).

¹³ A maioria dos municípios desta Regic não apresentou taxas de crescimento populacional elevadas nos períodos avaliados. Mesmo aqueles com as maiores taxas não mostraram uma pujança em termos numéricos, a maior taxa, por exemplo, foi a de Araponga no período 1991/00 com 3,16%.

Entre os municípios que apresentaram taxas positivas de crescimento do PIB, pelo menos trinta e oito estiveram acima da média da Regic (3,29% a.a) e outros 16 estiveram acima de 2% a.a¹⁴. Os destaques são: Rio Branco do Ivaí (22,12% a.a), Rosário do Ivaí (12,43% a.a), Cândido de Abreu (11,22% a.a), Jaguatipã (10,56% a.a) e Joaquim Távora (10,54% a.a). Londrina, a cidade pólo da rede, apresentou uma taxa de crescimento acima da média da Regic com 4,63% a.a, apesar de não figurar entre as maiores taxas.

Um grande número de municípios da Regic Londrina (43 ao todo) apresentou um crescimento consistente do PIB, com taxas acima de 2% em todos os períodos avaliados, talvez influenciados pelo desenvolvimento da agroindústria.

Em uma análise agregada é possível perceber uma concentração econômica dentro da Regic Londrina, já que os municípios que mais cresceram foram os três maiores que juntos apresentaram taxas de crescimento de 4,4% a.a no período 2002/07. Além disso, eles detinham 55% do PIB da Regic em 2002 e passaram a acumular 56,5% em 2007. Os municípios com populações entre 20 e 50 mil habitantes apresentaram no período 2002/07 taxa de crescimento do PIB de 3,01%, sendo que em 2002 eles contribuíam com 14,9% do PIB, sofrendo uma pequena redução em 2007, caindo para 13,9%. Enquanto isso, os municípios com menos de 20 mil habitantes mostravam uma taxa de crescimento de 3,27%, no período 2002/07, com uma participação relativa de 30% do PIB, declinando para 29,5%, em 2007. Em termos absolutos o acréscimo que os três maiores municípios apresentaram no PIB no período 2002/07 foi 1.232.777 bilhões, enquanto os 75 municípios de pequeno porte (menos de 20 mil habitantes) contribuíam com um acréscimo de 509.851 milhões.

Os dados do PIB confirmam o que já tinha sido demonstrado com os dados populacionais, ou seja, uma maior concentração econômica nos três maiores municípios. Mas, não se pode deixar de lembrar que a maioria dos municípios da Regic, inclusive os de pequeno porte, apresentaram taxas de crescimento positivas no período avaliado 2002/07, o que de, certa forma, permite afirmar que o município pólo atrai investimentos para a rede como um todo e não apenas para si, apesar de ainda concentrar a maioria deles. Entretanto, é importante destacar que os outros municípios podem estar filtrando investimentos de outros pólos próximos, de outras Regics, não apenas da Regic Londrina.

3.3 Região de Influência de Joinville

A Região de Influência de Joinville é a segunda maior do estado de Santa Catarina, perdendo apenas para a Região de influência de Florianópolis. Joinville, a maior cidade do estado, com uma forte base produtiva voltada a segmentos modernos do setor metal-mecânica e plásticos, tem contribuído para atração de investimentos e população para a região. Porém, além dela outras cidades possuem bases produtivas expressivas, chegando a se destacar no cenário regional, como é o caso de São Bento do Sul, onde é forte a presença da indústria da madeira e mobiliário.

¹⁴ Buscou-se destacar os municípios com taxas superiores a 2% a.a para mostrar a consistência do crescimento econômico com base nesse parâmetro: uma média de crescimento não desprezível compatível com as médias nacionais de crescimento anual do PIB em nível municipal, sobretudo se for mantido ao longo de vários períodos subsequentes. Na Regic a maioria dos municípios (54) apresentou crescimento superior esse parâmetro.

Como se vê no Anexo 3, essa rede urbana apresenta 20 municípios. Além da cidade polo destacam-se: São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra, municípios de maior porte populacional. Apesar de Joinville concentrar mais da metade da população de sua região de influência, os dados indicam que os municípios menores vêm se apresentando enquanto alternativas a fluxos migratórios.

O saldo migratório da Regic é positivo (5,12‰, no período 1995/2000), o que indica que os municípios desta região exibiam, pelo menos no período avaliado (1995/00), uma notável capacidade de atração de população. A maioria dos municípios (12) apresentou Taxas Líquidas de Migração positivas (ver Anexo 7), com destaque para Itapoã, município que mais se destacou, com a exorbitante taxa de 70,47‰ a.a, Balneário Barra do Sul (59,71‰ a.a), Barra Velha (20,27‰ a.a), São Francisco do Sul (18,71‰ a.a), São João do Itaperiú (14,14‰ a.a) e São Bento do Sul (10,46‰ a.a). Entretanto, alguns municípios apresentaram TLMs negativas, os destaques são: Monte Castelo (-29,43‰ a.a), Canoinhas (-18,57‰ a.a), Irenópolis (-14,94‰ a.a) e Major Vieira (-10,92‰ a.a).

Quando se observa as taxas de crescimento populacional no período 1991/00, nota-se que não há, como nas TLMs, níveis tão acentuados, sendo que apenas os municípios de Itapoã (9,19%) e Rio Negrinho (3,18%) destacam-se dos demais municípios da rede¹⁵. Apenas cinco municípios apresentaram taxas negativas de crescimento populacional, com destaque para Itaiópolis com -3,48%. O saldo populacional da rede é positivo (1,93%), o que indica que as taxas líquidas de migração tiveram um peso marcante no crescimento populacional desta Regic, de baixo crescimento vegetativo.

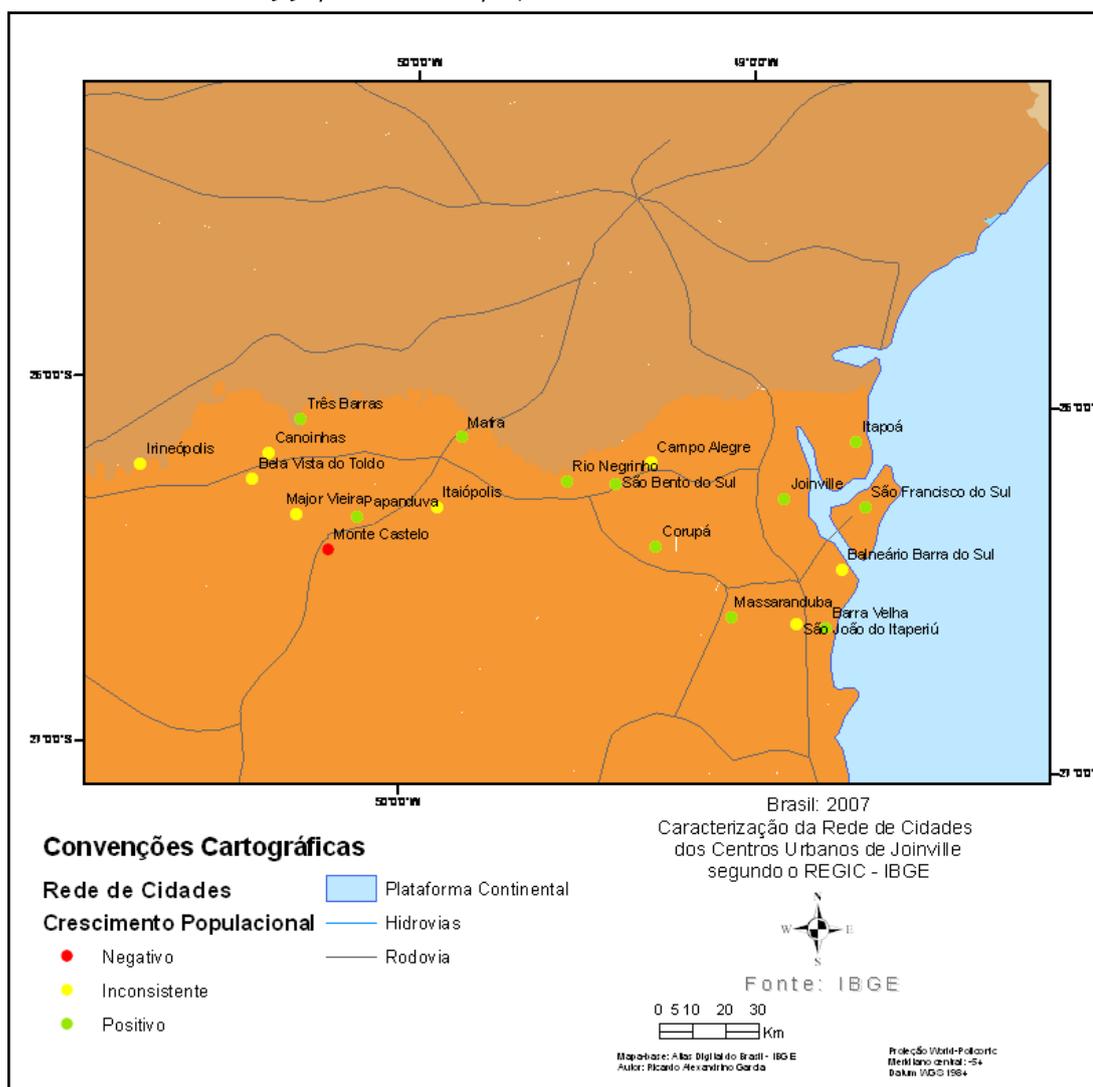
Como pode ser visto no Mapa 2, que tem por finalidade a análise de consistência do crescimento demográfico em dois períodos subsequentes (1991/00 e 2000/07), a Regic Joinville, ao contrário de Londrina, mostrou-se mais equilibrada em termos demográficos. Além da pequena quantidade de municípios desta Regic (20), não se pode esquecer que eles se encontram encerrados no Vale do Itajaí, possuindo uma história em comum. A maioria dos municípios (11) mostrou crescimento sustentável, ou seja, positivo nos dois períodos, sendo que oito foram inconsistentes, com crescimento positivo em apenas um dos períodos analisados e somente um (Monte Castelo) apresentou crescimento negativo nos dois períodos.

Dentre os municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional positiva nos dois períodos os destaques são Itapoã (9,19% em 1991/00 e 2,79% em 2000/07), Rio Negrinho (3,18% em 1991/00 e 1,63% em 2000/07), São Bento do Sul (2,96% em 1991/00 e 1,48% em 2000/07) e Joinville (2,40% em 1991/00 e 1,81% em 2000/07). Afora Itapoã, os demais estão entre os cinco maiores da Regic, o que demonstra que os municípios de maior porte populacional têm crescido mais que os de pequeno porte, pelo menos nos períodos avaliados.

A posição geográfica dentro da Regic parece ter sido um fator de peso no crescimento populacional dos municípios. Partindo dessa observação, é possível constatar que a maioria dos municípios que mostraram crescimento consistente (positivo nos dois períodos) encontram-se próximos ao litoral, rodovias e mesmo, à cidade pólo, Joinville.

¹⁵ Não foi possível calcular as taxas de crescimento populacional no período 1991/00 dos municípios Balneário Barra do Sul, Bela Vista do Toldo e São João do Itaperiú, porque não aparecem nos dados do censo de 1991.

Mapa 2 - Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos Municípios da Região de Influência de Joinville - 1991/00 e 2000/07



Joinville tem um peso muito grande dentro da Regic, já que concentrava 54% da população em 2007, apresentava TLM positiva de 2,28‰ no período 1995/00 e mostrou taxas de crescimento populacional positivas nos dois períodos avaliados (1991/00 e 2000/07). Entretanto, ao contrário do que ocorreu com a Regic Londrina, na Regic Joinville, os demais municípios também apresentaram números positivos. O grupo dos municípios com populações acima de 20 mil habitantes (cinco ao todo), excluindo Joinville, mostrou uma TLM média de 1,58‰ e taxa de crescimento populacional de 1,4% no período 1991/00. Os municípios com menos de 20 mil habitantes (14) exibiram TLM média de 6,58‰ e taxa de crescimento populacional de 1,12% no período 1991/00.

Os dados indicam que a Regic Joinville mostrou-se mais equilibrada que a Regic Londrina (talvez em função do número menor de municípios), já que a maioria dos municípios apresentou TLMs positivas e também taxas positivas de crescimento populacional. Além disso, já é possível perceber o início de um processo de difusão da população dentro da rede, visto que os municípios de pequeno porte foram os que apresentaram as maiores taxas líquidas de migração. Os dados do Produto Interno Bruto poderão complementar essa análise.

3.3.1 Dados sobre o Produto Interno Bruto

A análise do PIB nos permite perceber que vem ocorrendo uma evolução econômica positiva dos municípios da Regic Joinville já que as médias de crescimento da região foram relativamente altas em todos os períodos avaliados, como pode ser visto no Anexo 4. Com uma economia ancorada nos segmentos modernos da metal-mecânica, plásticos e no turismo, os municípios dessa rede vinham conseguindo alcançar bons resultados, já que a maioria (18) conseguiu sustentar taxas de crescimento do PIB positivas no período 2002/07.

Dos vinte municípios desta rede, treze apresentaram taxas de crescimento do PIB acima de 2% no período 2002/07, sendo que, sete deles acima, da média regional (4,53% a.a). Os destaques são: Barra Velha (15,83% a.a), Monte Castelo (9,93% a.a), São Francisco do Sul (8,43% a.a), Balneário Barra do Sul (8,30% a.a) e Itapoã (7,56% a.a). Além disso, sete dos vinte municípios detinham níveis consistentes de crescimento, com taxas acima de 3% a.a. em todos os períodos. A maioria desses municípios é de pequeno porte, ou seja, com menos de 20 mil habitantes.

A cidade pólo, também apresentou taxa de crescimento do PIB elevada (6,69% a.a, no período 2002/07), o que indica que ela ainda concentra boa parte dos investimentos da rede¹⁶. Em 2002, Joinville contribuía com 55% do PIB da Regic, aumentando este percentual para 58% em 2007. Os demais municípios com população acima de vinte mil habitantes (cinco ao todo), com uma taxa de crescimento do PIB de 2,34% a.a, contribuía com 34% do PIB em 2002, caindo para 31% em 2007. Já os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, mostraram taxas de crescimento do PIB de 5,16% a.a¹⁷ (2002/07) e mantiveram em 2007 o mesmo percentual do PIB que tinham em 2002, ou seja, 11%.

O PIB da Regic Joinville, em termos absolutos (11.317.500 bilhões de reais), é o maior dentre as Regics analisadas, apesar de conter o menor número de municípios. Isso porque além de Joinville, outro município se destaca, apresentando um PIB bastante elevado: São Francisco do Sul, com 1.693.994 bilhões. Esses dois municípios juntos concentravam 73% do PIB da rede em 2007.

Os dados mostram que o município polo concentrava a maioria dos investimentos da rede no período 2002/07 e que ele mantinha expressivo ritmo de crescimento. Entretanto já é possível sugerir uma difusão dos investimentos em outros municípios da Regic, visto que a maioria apresentou taxas de crescimento positivas no período avaliado 2002/07.

Apesar dos resultados positivos alcançados pela Regic Joinville nos períodos avaliados (2002/07), dificilmente esta rede iria mantê-los nos anos posteriores, já que os municípios desta região foram duramente castigados pelas enchentes no Vale do Itajaí em 2008¹⁸. A maioria dos municípios, inclusive Joinville, sofreu com as enchentes e deslizamentos e com certeza precisarão de um período para se refazer e

¹⁶ É possível dimensionar melhor o peso de Joinville dentro da Regic, quando analisamos os dados absolutos do PIB, já que dos 2.732.805 bilhões de Reais, total do crescimento apresentado no período 2002/07, Joinville contribuiu com 66%, em termos absolutos 1.816.587 bilhões.

¹⁷ Apesar deste percentual de crescimento ser elevado, ele corresponde a apenas 10% do total do crescimento da Regic no período 2002/07. Em termos absolutos 260.148 milhões.

¹⁸ As enchentes em Santa Catarina ocorreram depois do período de grandes chuvas durante o mês de novembro de 2008, afetando em torno de 60 municípios, localizados principalmente no Vale do Itajaí e mais de 1,5 milhões de pessoas no estado. Várias cidades na região ficaram inacessíveis devido as enchentes, escombros e deslizamentos de terra.

voltar a ter o mesmo desempenho. Talvez esse seja o maior desafio ao crescimento sustentável dos municípios desta Regic, já que, por mais que cresçam, estarão sempre reféns de tragédias, como a de 2008.

Síntese e Conclusões

Os dados analisados mostraram que os dois municípios médios apresentam características, que ora os aproxima, ora os distancia, em termos de evolução de suas redes. É possível perceber que suas regiões de influência experimentaram evolução positiva, principalmente se considerarmos a variável PIB. Entretanto, no que se refere aos dados demográficos o que se viu foi a presença de uma rede bastante heterogênea: a Regic Londrina, com saldos migratórios negativos, ao contrário da Regic Joinville, que se mostrou mais homogênea.

A região de influência de Joinville foi a que se mostrou mais integrada, apresentando um crescimento contínuo e sustentado da população e do PIB na maioria dos municípios. Além disso, foi a única com saldo migratório positivo (5,12% no período 1995/00). É também a rede que apresentou o maior PIB (11.317.500 bilhões), apesar do menor número de municípios. A maioria dos municípios dessa Regic (13 ao todo) apresentou crescimento do PIB acima de 2% no período avaliado (2002/07). No entanto, não se pode deixar de destacar, como já foi dito anteriormente, que a catástrofe ambiental de 2008 causou muitos prejuízos à região, que possivelmente não conseguiu manter os mesmos níveis de crescimento. Isso indica que, apesar de seu potencial de crescimento, essa rede mostra uma fragilidade relacionada à questões de saneamento, drenagem e suscetibilidade dos solos.

Do ponto de vista econômico as duas Regics tiveram algum dinamismo, já que apresentaram taxas de crescimento do PIB positivas no período avaliado (2002/07). Isso evidencia, de certa forma, que as cidades médias analisadas atraem investimentos para a rede como um todo e não apenas para si, posto que a maioria dos municípios das Regics mostraram crescimento positivo. Entretanto, as taxas líquidas de migração se mostraram negativas na Regic Londrina (-8,97%): 65 municípios com TLMs negativas.

A análise das taxas de crescimento populacional apresentadas nos mapas permitiu observar certas nuances sobre as redes. A Regic de Londrina mostrou-se mais heterogênea, já que não cresceu de maneira mais ou menos uniforme, com grande número de municípios com crescimento negativo e uma minoria com crescimento sustentável. A Regic Joinville, ao contrário, se mostrou mais equilibrada em termos demográficos.

Outro aspecto relevante que se pôde apreender a partir dos mapas, é que nas duas Regics, os municípios que se mostraram mais consistentes em termos de crescimento populacional, foram os que tinham uma localização geográfica mais favorável, com proximidade a eixos viários, ao litoral, ou proximidade a rios importantes.

Nas duas Regics, o município pólo teve um peso muito importante no desenvolvimento da rede, já que concentrava boa parte da população e do PIB, além de apresentarem taxas elevadas de crescimento. Contudo, foi possível perceber uma difusão dos investimentos dentro das redes, visto que em todas elas, a maioria dos municípios de menor tamanho mostrou taxas de crescimento positivo.

Em uma análise mais geral, o que se pôde constatar é que o município polo continua tendo um peso muito grande dentro das Regics, já que apresentaram taxas elevadas de crescimento do PIB, a despeito da incipiente difusão dos investimentos no resto da rede.

Referências

AMORIN FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, mar., 1998 (Texto para Discussão, 554).

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média**. Ensaio apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. p. 1-11.

COSTA, Eduarda Marques da. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Revista Finisterra**, ano XXXVII, nº. 74, pgs. 101-128, 2002. Disponível em: <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2008.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2007**/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LESTE – IGC/UFGM. **Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual**. DVD com dados e informações produzidos pela pesquisa. Belo Horizonte, 2009.

MATOS, R. **Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFGM/CEDEPLAR, 1995. 223p. (Tese de doutorado em Demografia – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas)

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, Hierarquia e Região de Influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense Desenvolvimento**, Curitiba, n.100, p.27-57, jan/jun. 2001.

REDWOOD III, John. Reversión de polarización, ciudades secundárias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo. **Revista Latinoamericana de Estudios Regionales**, Santiago: v.11, n.32, dez. 1984.

SPOSITO, Maria E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: Gaspar/EDUSP. , 2001. p. 609-643.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censos-demograficos>. Acesso em: Fevereiro/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/Dados-populacionais-PIB-e-IDH>. Acesso em: Março/2010.

WIKIPEDIA. Disponível em: <wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto>. Acesso em: Junho/2010.